

A EDUCAÇÃO POLITÉCNICA EM LENIN E A QUESTÃO DO PODER

LA EDUCACIÓN POLITÉCNICA EN LENIN Y LA CUESTION DEL PODER

THE POLYTECHNIC EDUCATION IN LENIN AND THE QUESTION OF POWER

DOI: <http://dx.doi.org/10.9771/gmed.v12i2.37455>

Lucas Barbosa Pelissari¹

Resumo: O objetivo do artigo é examinar o conceito de educação politécnica tal como elaborado pelo pensamento leninista. Defendemos a tese de que o conceito é um desdobramento de um dos aspectos fundamentais da interpretação leninista do materialismo histórico-dialético, isto é, a questão do poder. Partimos das polêmicas travadas por Lenin com as correntes economicistas e revisionistas e da consequente afirmação do caráter científico do marxismo, o que permite mostrar que o eixo teórico do conceito analisado se opõe a uma pretensa ontologia de corte humanista. Como consideração final, apresentamos um possível caminho para o enfrentamento do problema da efetivação da perspectiva politécnica ainda sob o capitalismo.

Palavras-chave: Educação politécnica. Lenin. Poder.

Resumen: El objetivo del artículo es examinar el concepto de educación politécnica tal como elaborado por el pensamiento leninista. Defendemos la tesis de que el concepto resulta de uno de los aspectos fundamentales de la interpretación leninista del materialismo histórico-dialéctico, es decir, la cuestión del poder. Partimos de las polémicas de Lenin con las corrientes economistas y revisionistas y de la consecuente afirmación del carácter científico del marxismo, lo que nos permite mostrar que el eje teórico del concepto analizado se opone a una supuesta ontología humanista. Como consideración final, presentamos una posible forma de enfrentar el problema de la realización de la perspectiva politécnica aún bajo el capitalismo.

Palabras clave: Educación politécnica. Lenin. Poder.

Abstract: The objective of the article is to examine the concept of polytechnic education as developed by the Leninist thinking. We defend the thesis that the concept results from one of the fundamental aspects of the Leninist interpretation of historical-dialectical materialism, that is, the question of power. We start from the polemics between Lenin and the economist and revisionist currents and from the consequent affirmation of the scientific character of Marxism, which allows us to show that the theoretical axis of the analyzed concept is opposed to an alleged humanist ontology. As a final consideration, we present a possible way to face the problem of the realization of the polytechnic perspective still under capitalism.

Keywords: Polytechnic education. Lenin. Power.

Introdução

Não só as formulações de Lenin, como toda a tradição intelectual leninista, são depositárias de uma característica marcante, que é o rigor teórico. Essa característica passa despercebida em leituras apressadas ou em perspectivas que remetem ao leninismo um caráter “politicista” e, como implicação, antiacadêmico. Certo é, no entanto, que a maioria dos textos clássicos escritos por Lenin é resultado de disputas ocorridas durante uma das primeiras experiências exitosas de revolução social apoiada sobre as

teses marxistas. Isso forneceu a diversos conceitos, presentes nos textos de Marx e Engels ainda em estado prático, a conseqüente necessidade de lapidação e aprofundamento teórico. A esse processo foi submetido um dos princípios leninistas presentes no debate educacional: o conceito de educação politécnica.

O objetivo do presente artigo é examinar esse conceito, analisando o lugar que ocupa em algumas obras de Lenin e de educadores soviéticos, evidenciando seu caráter teórico e seu potencial interpretativo. Nesse sentido, a análise contribui para a necessária retomada do pensamento leninista na compreensão tanto das contradições das formações sociais capitalistas quanto da complexidade dos processos de transição. Procuramos fazê-lo discutindo a principal repercussão da elaboração socialista russa no âmbito educacional, que é a educação politécnica.

Cumpramos observar que o conceito é objeto de debate no campo educacional brasileiro há, pelo menos, quatro décadas. Reivindicado por autores de diversos matizes teóricos e a partir de variadas terminologias – tais como politecnia, politecnismo, escola politécnica, formação politécnica e outros –, esteve presente em disputas de concepção para a formulação de políticas educacionais e na discussão teórica e política entre educadores e intelectuais. No complexo de posições presentes nesses debates, recortamos uma dimensão, procurando demonstrar a tese segundo a qual o conceito de educação politécnica é um desdobramento de um dos aspectos fundamentais da interpretação leninista do materialismo histórico-dialético, isto é, a questão do poder.

Nesse sentido, o primeiro capítulo tem como objeto, justamente, a inovação do marxismo produzida pela teoria leninista. Discutimos, em especial, as polêmicas travadas por Lenin com as correntes economicistas e revisionistas e a posterior crítica às chamadas teses humanistas no seio do movimento comunista internacional. No segundo capítulo, apresentamos as linhas gerais que caracterizam o conceito de educação politécnica em alguns textos de Lenin, Pistrak e Krupskaya. Não pretendemos, com isso, esgotar o rico debate em torno do tema no âmbito da Revolução Russa, nem anular possíveis polêmicas oriundas da própria observação de experiências do governo revolucionário. Para isso, sugerimos o texto de Machado (2020), que expõe as linhas gerais das principais discussões da época. Restringimo-nos, aqui, à demonstração de que o núcleo teórico daquele conceito reside na própria concepção do marxismo como ciência social, opondo-se, portanto, a uma pretensa ontologia de caráter genérico.

Por fim, tecemos considerações finais discutindo caminhos para um problema ainda atual relativo ao conceito analisado: seria possível, ainda no âmbito do capitalismo, efetivar a proposta político-pedagógica de educação politécnica? A seção final do ensaio não apresenta uma resposta acabada para a questão, mas pretende, à luz da tese apresentada no texto, visualizar caminhos novos para uma velha pergunta.

Lenin, poder e revolução

Uma das repercussões mais polêmicas no campo da teoria educacional é a obra de Louis Althusser. O conceito de Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE), formulado, aliás, sem a finalidade de elaboração de uma teoria sobre a escola capitalista, foi o centro de muitas críticas direcionadas a Althusser. No Brasil, curiosamente, essas críticas implicaram em uma aversão generalizada ao marxismo althusseriano, principalmente entre intelectuais da educação. Não é, no entanto, ao conceito de AIE que recorreremos para discutir o marxismo-leninismo, apesar de retomarmos alguns textos do filósofo franco-argelino para apresentar o debate.

Em um artigo de 1965, Althusser levanta um problema a ser resolvido previamente a qualquer tentativa de “extração” dos princípios marxistas das obras de Marx: “quais são os textos de Marx que podemos considerar marxistas?” (ALTHUSSER, 2017, p. 100). Não se trata, para ele, de uma questão meramente formal, mas que busca, nas próprias elaborações marxianas, o momento em que Marx rompe com a ideologia idealista dominante até a primeira metade dos anos 1840 e formula a sua teoria revolucionária:

Com efeito, é evidente que se tomarmos por marxistas o conteúdo e a letra dos textos anteriores a essa ruptura e a essa revolução, por exemplo, os textos idealistas e humanistas das obras de ‘juventude’, somos fascinados pelo fetichismo da *assinatura* e ficamos aquém de Marx: não é a assinatura de Marx, mas, no sentido estrito, o ‘pensamento’ de Marx que pode autenticar um texto como marxista. (ALTHUSSER, 2017, p. 100, grifo do autor)

Em **Por Marx**, o autor descreve em detalhes as diferenças de estrutura entre a dialética marxista (científica) e a dialética pré-marxista (ideológica). Demonstra, assim, que existiu, no desenvolvimento intelectual de Marx, uma cesura epistemológica que marca o surgimento de nova filosofia, ao mesmo tempo em que funda uma Teoria da História com conceitos radicalmente novos: “formação social, forças produtivas, relações de produção, superestrutura, ideologias, determinações em última instância pela economia, determinação específica dos outros níveis etc.” (ALTHUSSER, 2015, p. 188) Esse marco é estabelecido em uma nova problemática, rompendo com a perspectiva humanista anterior, fundada na busca pela compreensão da “essência humana” e em uma teoria da alienação.

Ocorre que o procedimento teórico adotado por Althusser para a verificação dessa ruptura envolve, também, elaborações dos sucessores de Marx, em especial Lenin e as polêmicas travadas com o chamado economicismo ou espontaneísmo. Para ele, a própria prática política de Lenin apresentou o substrato (o “estado prático”) de uma teoria revolucionária que contribuiu para o desenvolvimento da dialética marxista a partir de outra problemática, ligada, agora, à história e à luta de classes:

É ‘o economicismo’ (o mecanicismo), e não a verdadeira tradição marxista, que põe de uma vez por todas no lugar a hierarquia das instâncias, determina a cada uma a sua essência e o seu papel, e define o sentido unívoco das suas relações [...] É o economicismo que identifica de antemão e para sempre a contradição-determinante-em-última-instância com o *papel* de contradição-dominante, [...], ao passo que a determinação em última instância pela economia se exerce justamente, na história real, nas permutações de papel principal entre a economia, a política, e a teoria etc. [...] Toda

a obra política de Lenin atesta a profundidade desse princípio [...] (ALTHUSSER, 2015, p. 171, grifos do autor)

Foi denunciando esse desvio em relação à ciência marxista que Lenin travou sua luta contra o oportunismo da II Internacional. Nessa disputa e no centro da direção política de um processo de revolução, deu vida à teoria marxista-leninista do Estado, sintetizada, sobretudo, no livro **O Estado e a revolução**, escrito ao longo de 1917. Desenvolveu, assim, o corpo teórico do marxismo a partir de uma concepção específica sobre o poder e o aparelho de Estado capitalista e, conseqüentemente, forneceu a devida consistência conceitual à noção de ditadura do proletariado².

Nesse sentido, Lenin volta a escritos da maturidade de Marx e Engels para mostrar, de um lado, o lugar ocupado pelo conceito de luta de classes e, de outro, sua insuficiência em uma teoria do Estado elaborada segundo os princípios marxistas. Fica evidente, por exemplo, que, mesmo no *Manifesto Comunista*, a resposta ao problema da substituição do Estado capitalista em seguida da tomada do poder pelo proletariado tinha um caráter ainda abstrato. Para Marx e Engels no **Manifesto**, a nova conformação social seria dada pela “organização do proletariado como classe dominante”, definição genérica que, na visão de Lenin, revela a espera por experiências revolucionárias de massas capazes de apresentar as formas concretas dessa organização. No bojo de uma dessas experiências, o dirigente bolchevique dá, então, o salto de qualidade necessário, formulando a questão da seguinte forma:

A luta de classes é o essencial na doutrina de Marx. É, pelo menos, o que se escreve, é o que se diz frequentemente. Mas é inexato. Deformações oportunistas do marxismo, falsificações do marxismo tendentes a adaptá-lo às necessidades da burguesia, são frequentes como resultado dessa inexatidão. A doutrina da luta de classes foi concebida *não* por Marx, mas pela burguesia *antes* de Marx, e, de maneira geral, é *aceitável* para a burguesia. Quem só conhece a luta de classes não é ainda marxista e pode muito bem não sair dos quadros do pensamento burguês e da política burguesa. Limitar o marxismo à luta de classes é truncá-lo, reduzi-lo ao que é aceitável para a burguesia. Só é marxista aquele que *estende* o reconhecimento da luta de classes ao reconhecimento da *ditadura do proletariado*. (LENIN, 2007, p. 58-59, grifos do autor)

Vale dizer que essa tese deriva da compreensão do Estado capitalista como o instrumento de concentração do poder da classe dominante de uma formação social capitalista. Quando recorre ao conceito de ditadura do proletariado e sua necessária articulação com a ideia de luta de classes, Lenin fornece conteúdo teórico ao que é central na teoria marxista da revolução: a necessidade da tomada do poder e conseqüente destruição do Estado capitalista, como condição para a organização do poder proletário na posterior transição socialista ao comunismo.

Os desdobramentos do processo revolucionário russo apresentaram problemas inéditos e, conseqüentemente, oportunizaram novos elementos ao desenvolvimento do marxismo. A partir de outubro de 1917 – e, portanto, após a redação de **O Estado e a revolução** –, o poder estava tomado pelo proletariado russo e, com ele, apareceram os desafios de edificação de uma nova sociedade. Dentre eles, as questões relativas à escola e à educação.

A educação politécnica

Embora tenha sido objeto específico de pouquíssimas obras de Lenin, a questão da educação é apontada ou problematizada pelo revolucionário russo ao longo de praticamente toda sua produção.³ Mesmo antes de 1917, já é possível verificar algumas propostas leninistas para a educação, como no livro **Materialismo e empiriocriticismo**, de 1908, em que fica evidente a polêmica contra o revisionismo representado por Bogdanov⁴. Essa corrente dá, segundo Lenin, especial ênfase ao estímulo de uma nova cultura solidária entre o proletariado, reivindicando um classismo espontâneo e quase religioso, que secundariza o papel da organização partidária. Machado (1989) assim explica:

Essa nova cultura seria a teoria da educação orientada para a humanidade do futuro, com caráter de universalização, iniciada a partir da organização consciente e cooperativa dos operários através do trabalho. Na vida cotidiana e por meio das relações inter-humanas desenvolvidas no seio dos operários, brotaria a autoconsciência da classe, condição principal, superior ao próprio partido e ao sindicato, como fator organizativo. (MACHADO, 1989, p. 165)

Essa espontaneidade, que remete ao humanismo idealista, é criticada por Lenin ao apresentar a razão de ser do aspecto filosófico do marxismo (o materialismo dialético): evidenciar os princípios da ciência em sua distinção com a ideologia. (ALTHUSSER, 2017) Embora não dirigida ao debate pedagógico, a polêmica já permitia a Lenin esboçar o caráter científico da educação do proletariado no âmbito do marxismo leninista.

A polêmica ganha maior significado se combinada com a análise de **Marxismo e revisionismo**, também de 1908. Nessa oportunidade, Lenin descreve o processo histórico de afirmação científica do marxismo, estabelecendo as bases do vínculo orgânico entre política (poder), tomada de consciência e educação, que vai aparecer sistematizado em sua obra somente mais tarde. Esse é, segundo o autor, o ponto central de negação do revisionismo e de sua escolástica oficial, sempre advogando em nome das vantagens circunstanciais dos “pequenos fatos políticos” e distante dos interesses fundamentais do proletariado em sua organização como classe dirigida ao poder. (LENIN, 1973)

É a partir de 1915, no entanto, que a questão é incorporada ao âmbito da educação. Como mostra Machado (2020), nesse ínterim a polêmica central passou a ser a da relação entre teoria e prática, entre escola e vida ou – poderíamos acrescentar – entre educação geral e formação profissional. Para a mesma autora, a síntese, no âmbito da elaboração dos “princípios leninistas de educação politécnica” (p. 24), ficou conformada por três elementos principais: (a) a compreensão dos fundamentos científicos de organização e prática do trabalho produtivo; (b) um sistema global/completo de estudo e desenvolvimento da tecnologia; (c) o coletivismo como orientador do entendimento das relações entre sociedade, economia e política, mediadas historicamente. Vejamos, a seguir, os principais aspectos a partir dos quais se estabelecem esses eixos na proposta leninista⁵.

Uma primeira questão se refere à importância basilar do conceito de trabalho. Reivindicando uma “escola do trabalho” como alternativa à tradicional “escola livresca” ou “escola de ensino”, Krupskaya, já em 1915, apresenta a proposta de um processo educativo que, em essência, permita aos jovens

trabalhadores o estudo das relações sociais. Ela analisa, a partir da influência da grande indústria, o surgimento da Escola Nova na Europa e nos Estados Unidos, mostrando que “são escolas que atendem às necessidades específicas da burguesia. A *democracia operária* vai aproveitar sua experiência pedagógica, mas vai construir suas próprias escolas de uma forma diferente.” (KRUPSKAYA, 2017a, p. 57, grifo nosso)

É, portanto, na tentativa de derrubada do Estado czarista e implementação da noção de ditadura do proletariado (*democracia operária*), que surge a ideia socialista de escola do trabalho, inclusive no debate bolchevique. Em outubro de 1918, declaração publicada junto a uma deliberação do Comitê Central sobre a escola do trabalho enfatizava que

o trabalho exerce influência positiva no crescimento psíquico do estudante, desenvolvendo vigorosamente a atenção, a precisão e a capacidade de invenção, entre outras. O bom desenvolvimento técnico das mãos conduz automaticamente ao desenvolvimento de alguns dos mais importantes centros do cérebro. Adolescentes de 14 anos politeticamente educados, sem dúvida, estão em condições de mais rapidamente dominar qualquer especialidade. (COMISSÃO ESTATAL PARA A EDUCAÇÃO, 2017, p. 291)

E continuava, mais à frente, dirimindo certas polêmicas:

Entretanto, este trabalho realizado sob acompanhamento do professor nunca perderá seu caráter pedagógico; é inaceitável que ele tome formas nocivas para a saúde ou que ele não seja intencionalizado, todo tempo, para ampliação tanto dos hábitos físicos, como também do conhecimento. [...] É possível assimilar esta cultura e, em ligação viva com ela, todo o ciclo de ciências sociais e naturais, partindo de qualquer produção, porque todas elas atualmente estão fortemente entrelaçadas. (COMISSÃO ESTATAL PARA A EDUCAÇÃO, 2017, p. 294)

Assim, mais do que uma máxima pedagógica, o trabalho ganha papel dominante entre os princípios politécnicos leninistas. Isso se deve ao fato de desenvolver na formação do trabalhador a dialética entre força humana relacionada à transformação da natureza (trabalho abstrato) e habilidade específica empregada na produção de valores de uso (trabalho concreto). Dito de outro modo, a escola politécnica se insere no projeto revolucionário russo articulando, em um mesmo percurso formativo, as relações sociais de produção e os aspectos técnicos das forças produtivas, conduzindo o processo pedagógico para a compreensão cada vez mais rigorosa da contradição entre esses dois elementos.

O debate sobre esse princípio se desenvolveu através de diversas experiências e formulações. Uma das principais sínteses do que seria a primeira fase de constituição da pedagogia soviética (FREITAS, 2017) está no livro de Pistrak, **Fundamentos da escola do trabalho**, escrito em 1924. Ao discutir o sentido pedagógico da proposta, o autor novamente compara a experiência russa com as do ocidente, evidenciando que a dialética cristalizada na escola politécnica se choca com a escola dos reformistas burgueses justamente na essência de seus objetivos. Para esta, o que está em jogo é o mero aprendizado de uma profissão para posterior aprofundamento da lógica da exploração. Para aquela, a visão marxista sobre o trabalho permite resolver a contradição entre o indivíduo e a sociedade, possibilitando ao trabalhador situar-se historicamente no novo projeto de poder. Para Pistrak (2018), o trabalho na escola socialista é

atividade que provoca uma necessidade social e, por isso, dirigido ao conhecimento. Ele afirma, nesse sentido, que a relação entre trabalho e ciência

torna-se parte de um problema mais geral. A dificuldade com a relação trabalho e ciência só pode aparecer na situação do ensino isolar-se da educação. Nossa escola atual deve acabar com essa separação. O trabalho é parte da relação da escola com a atualidade, e nesta base o trabalho educativo e o de ensino desenvolvem-se como um todo único, inseparável. A questão fundamental da escola não é a relação mecânica entre o trabalho e a ciência, mas tornar ambos partes orgânicas da escola, isto é, da vida social das crianças. (PISTRAK, 2018, p. 68)

Assim, a inserção do trabalho na proposta leninista não se deve à realização de características de um essencialismo humano, mas por sintetizar socialmente as práticas (econômicas, políticas e ideológicas) necessárias ao momento histórico determinado por uma correlação de forças, seja ela hegemônica por uma ou outra fração de classe burguesa, seja já na edificação do Estado proletário. É nesse sentido que se pode interpretar a ideia de uma cultura geral do trabalho, mobilizada tanto por Krupskaya quanto por Pistrak para discutir a orientação da escola politécnica. Nas palavras deste último, a questão “não está em agitar pelo poder soviético, mas em que *não há nenhuma questão escolar que esteja fora da política.*” (2018, p. 30)

Um segundo aspecto que evidencia os eixos da educação politécnica leninista é, na verdade, desdobramento do primeiro. Antes de discuti-lo, vale lembrar que uma das implicações fundamentais das teses apresentadas **n’O Estado e a revolução** é a noção de transição socialista, vinculada diretamente ao conceito de ditadura do proletariado. À luz da experiência revolucionária que estava dirigindo, Lenin dissertou sobre a transição entre os modos de produção capitalista e comunista. Para ele, a concentração do poder passava, nesse processo, a ser ocupada pelo proletariado e seus aliados em novo aparelho de Estado. Ocorre que os efeitos da Guerra Imperialista e dos ataques sofridos por aquela experiência apresentaram, do ponto de vista econômico, maiores dificuldades e a complexidade de se pensar o papel do desenvolvimento industrial num país devastado.

No âmago desse desafio se inseriu a escola do trabalho, que deveria, para a proposta leninista, dar conta de três tarefas articuladas: desenvolver junto aos jovens a compreensão geral do mundo produtivo – inclusive no que se refere à Organização Científica do Trabalho (OCT) ou taylorismo –, aplicar esses princípios à reconstrução econômica da União Soviética e vincular-se ao trabalho socialmente necessário orientador dos currículos escolares. Ao apresentar a OCT como eixo de construção da escola politécnica, Pistrak (1924) afirma:

A OCT que surgiu e desenvolveu-se na América e Europa Ocidental como forma de intensificação do trabalho, tendo como objetivo fortalecer a exploração do operário e a ampliação do lucro capitalista, pode e deve ser transformada para nós em seu contrário, isto é, deve tornar-se um forte meio de elevação da produtividade, de uso racional da energia do operário, de construção econômica e planificação de nossa economia, orientada e administrada pelos trabalhadores de acordo com os interesses dos trabalhadores. A Organização Científica do Trabalho, de instrumento de exploração, transforma-se em instrumento de libertação. (p. 139)

Machado (2020) mostra que houve quem utilizasse essa concepção para reivindicar a especialização/profissionalização precoce, chegando ao limite de propor disciplinas inteiramente dedicadas ao estudo de movimentos e técnicas do trabalho taylorista. De fato, essa foi uma polêmica

central na definição da política educacional bolchevique, a partir de 1917. Em maio daquele ano, por exemplo, retificando propostas de texto para o programa do partido, Krupskaya propunha a substituição do termo “profissional” pelo termo “politécnica” na frase “Educação gratuita, geral, obrigatória e profissional”, justificando que o objetivo da escola revolucionária não poderia ser o de “preparar especialistas estreitos, mas pessoas que sejam capazes de executar todos os tipos de trabalho. Marx em todo lugar insiste justamente na necessidade do ensino politécnico, que tem enorme importância na educação em geral.” (KRUPSKAYA, 2017b, p. 62) Eis o sentido da mobilização da OCT na escola politécnica do trabalho.

Linhart (1983), entretanto, analisa minuciosamente o desenvolvimento da questão ao longo da elaboração teórica de Lenin, observando que mudanças de concepção ocorridas no início de 1918 impactaram profundamente a organização do trabalho no sistema produtivo soviético. É possível acrescentar que o impacto foi também percebido pela proposta educativa leninista, sobretudo no seio do debate entre educadores e pedagogos. No entanto, permanece conservada a relação entre o conceito de educação politécnica e a visão de Lenin sobre o poder, mesmo sendo trazida a ideia de “taylorismo soviético”, presente ainda seis anos depois no trabalho de Pistrak, como se percebe acima.

Para Linhart (1983), a virada na visão de Lenin em 1918 refere-se ao fato de o líder bolchevique ter passado a defender uma rigorosa disciplina do trabalho baseada no taylorismo, mesmo sendo esse um método concebido pelo capitalismo ocidental para aumentar a exploração, colocando-a em outro patamar. Uma das causas da virada, segundo Linhart (1983), está nos próprios efeitos assoladores da guerra e consequente necessidade de reconstrução do país, que exigia, na visão de Lenin, a estruturação rigorosa da rede ferroviária, cujos operários organizavam-se em oposição ao bolchevismo. O aumento da produtividade faria frente aos novos desafios e seria permitido com os métodos tayloristas, mas, ao mesmo tempo, deveria proporcionar aos trabalhadores a visão de conjunto em relação ao todo da produção. É o que Linhart chama de um “ideal de transparência” na visão de Lenin a partir de 1918, reivindicando o múltiplo conhecimento de técnicas laborais pelos operários, a partir da ampla publicidade de cada um dos métodos de produção e distribuição.

Não é demais lembrar que o período é correspondente ao debate sobre a nova política econômica, que abriu concessões industriais ao capitalismo internacional, para suprir necessidades materiais básicas e de desenvolvimento do parque produtivo. Assim, o foco de Lenin está na liberação do tempo livre dos operários, em especial as lideranças bolcheviques, para a atuação política e construção do novo Estado. Ainda que a divisão entre trabalho intelectual e trabalho manual devesse ser objeto de preocupação apenas a médio e longo prazo, a proposta de educação politécnica daria conta dos desafios futuros da democracia operária em construção, inserindo o taylorismo na contradição/relação entre o material e o ideológico. Eis alguns aspectos da complexa dialética leniniana sobre a organização do trabalho, mobilizados para auxiliar a compreensão do conceito de educação politécnica.

Por fim, o conceito de “atualidade” parece ser o elo teórico entre as duas dimensões anteriores, dando organicidade aos eixos da noção de educação politécnica. Pistrak define o conceito como a

articulação entre, de um lado, todos os aspectos que podem florescer a partir da revolução vitoriosa na transição para uma sociedade sem classes e, de outro lado, o cerco imperialista conduzido contra essa revolução. Para ele, a análise científica das relações, continuidades, descontinuidades e do passado que estruturou essa luta é a razão de ser da escola do trabalho: sua tarefa fundamental é “estudar a atualidade, dominá-la, penetrar nela”, observando-a como um grande rio que deságua na concepção de educação politécnica e permite “transformar ativamente” essa própria atualidade. (PITRAK, 2018, p. 42-43)

A atualidade deve, então, conduzir forma e conteúdo da pedagogia politécnica, dando sentido ao processo de trabalho a partir de quatro elementos: a compreensão da essência dos processos de lutas sociais; o lugar que as classes oprimidas ocupam e ocuparam nesses processos; a localização de cada indivíduo jovem nessas lutas; a habilidade individual de conduzir os enfrentamentos históricos nos próprios espaços de vida. (PISTRAK, 2018)

Essa ideia, também presente nos escritos de Krupskaya, é a interpretação leninista do próprio método científico de investigação da realidade apresentado por Marx. Novamente, é na polêmica contra o economicismo que Lenin explicita sua concepção acerca da essência teórico-prática do marxismo, isto é, a análise concreta da situação concreta. Já desde a formulação de uma linha política para as lutas de 1905 na Rússia, Lenin edifica essa interpretação a partir do conceito de conjuntura, equivalente à ideia de “momento atual” (ou atualidade), cujo objeto teórico específico é a prática política de classe. (POULANTZAS, 1977)

Nesse sentido, uma “educação para a atualidade” traduz-se, no projeto leninista, por um processo formativo adequado à “individualidade histórica sempre singular de uma formação [social]” (POULANTZAS, 1977, p. 91). O que está em jogo nessa formulação é a organização política de uma classe social para a tomada do poder ou para o exercício do poder proletário no período da transição. Ambas exigem a análise correta da atualidade e, portanto, consubstanciam-se como tarefas históricas a serem materializadas nas práticas, nos materiais e na pedagogia da escola politécnica. Novamente com Pistrak (2018, p. 47), a pergunta fundamental dessa escola é: “Que lugar eu, estudante, devo ocupar na atualidade da luta entre a reação e a revolução, entre o velho e o novo?”, evidenciando, essencialmente, a relação orgânica entre escola e o processo político.

Em síntese, na proposta de educação politécnica, o marxismo é, nas palavras de Pistrak (2018), a teoria científica que fundamenta a análise da atualidade e que desenvolve uma atitude frente ao mundo para a aferição correta dos fenômenos sociais. Nesse sentido, voltando à relação, discutida anteriormente, entre a oferta de uma disciplina de OCT e a inserção da OCT como um princípio pedagógico da escola do trabalho, é possível perceber a existência de um problema análogo: nessa proposta, os princípios politécnicos não podem se efetivar em uma “escola de marxismo”, mas sim em uma “escola da atualidade”, revelando, com isso, o ponto de vista revolucionário da politecnia leninista.

Considerações Finais

Procuramos discutir, nas seções anteriores, alguns aspectos que nos permitem evidenciar o conceito de educação politécnica como um desdobramento das teses centrais do marxismo-leninismo, fundamentalmente no que se refere às questões do poder/Estado e da ditadura do proletariado. Finalizaremos essa reflexão com uma observação de caráter geral e que se apresenta como implicação do debate.

No Brasil, uma discussão atravessa o campo teórico crítico da educação. A partir de leituras diversas a respeito do conceito de educação politécnica, o debate procura responder ao seguinte problema: os princípios dessa pedagogia podem se efetivar ainda em uma formação social capitalista ou são próprios de uma organização social superior? Há variações e polêmicas específicas, mas o que nos interessa é que, ao que parece, a questão não está integralmente resolvida.

Procuramos, à luz da tese apresentada no texto, situar o problema a partir de seus pressupostos. Assim, é importante salientar que a aversão às teses althusserianas apresentada no início do artigo acabou por implicar, no interior desse debate, na generalização dos princípios humanistas advindos dos escritos da juventude de Marx. Isso produziu, conseqüentemente, a adesão à ideia de essência humana como sendo o cerne de uma pedagogia marxista, em geral, e politécnica, em específico. Junto a essa ideia, operam as noções de alienação e emancipação, que caracterizam aqueles escritos.

Ocorre que a ruptura epistemológica, negada por essa perspectiva, situa a problemática marxista em outro marco, substituindo, por exemplo, a noção ideológica de emancipação (ou realização da essência humana) pelo conceito de revolução. O núcleo do conceito é, como discutimos, lapidado posteriormente e consolidado na teoria leninista do Estado, que, por sua vez, fundamenta a correspondente proposta de educação politécnica.

É evidente que o desenvolvimento de personalidades ou da integralidade humana são dimensões da proposta em tela. Porém, estão sempre direcionadas à organização política proletária correspondente ao projeto revolucionário dirigido ao poder. Na medida em que são elementos derivados da problemática marxista da revolução, dão à politecnicidade leninista muito mais o caráter de formação político-cultural-pedagógica do que psicológica ou cognitiva. Ou seja, estão orientadas para as contradições da luta de classes ou, nas palavras de Pistrak, para a intervenção na atualidade.

Em bases distintas está o marco em que se inserem a teoria da alienação e a teoria da emancipação. Aí pode se situar, por exemplo, a noção de omnilateralidade, por vezes mobilizada como sendo a essência de uma educação comprometida com a “formação verdadeiramente humana” exigida pelo trabalho não alienado. Seria, nessa ótica, a expressão educacional da ideia de liberdade contida nas teses marxianas, que emanciparia o ser humano como ser genérico. (SOUSA JR., 1999) Com efeito, o essencialismo contido na noção não só se distancia da inovação desenvolvida no marxismo por Lenin, como se aproxima da perspectiva que orientou o Marx de **A questão judaica** (1843) e dos **Manuscritos econômico-filosóficos** (1844).

Enfim, parece-nos que, a depender do encaminhamento dado à questão, haverá repercussões distintas no conteúdo dos projetos pedagógicos assumidos no campo do marxismo, jogando luz ao

problema apresentado no início desta seção conclusiva. Assumindo a perspectiva leninista, é possível, por exemplo, discutir o projeto de educação politécnica nos termos de uma teoria da organização política do proletariado. São conhecidas a rigidez e a disciplina reivindicadas por Lenin *n'O que fazer?* (1902), ao visualizar o papel da vanguarda revolucionária na elevação das lutas tradeunionistas ao patamar político:

A social-democracia representa a classe operária não só na sua relação com um grupo determinado de patrões, mas também nas suas relações com todas as classes da sociedade contemporânea, com o Estado como força política organizada. Compreende-se, portanto, que os social-democratas não só não podem admitir que a organização das denúncias econômicas constitua a sua atividade predominante. Devemos empreender ativamente o trabalho de educação política da classe operária, de desenvolvimento de sua consciência política. (LENIN, 2010, p. 120)

Mas foi também Lenin quem desenvolveu, como vimos, as linhas gerais de uma teoria da transição socialista, posterior à tomada do poder pelo proletariado. Em ambos os casos, estão em jogo a problemática do Estado e o próprio conceito de modo de produção – diverso, aliás, da ideia de “sociedade em geral”, utilizada por vezes na explicação da educação omnilateral.

No primeiro caso, falaríamos de uma educação politécnica vinculada à articulação dialética entre luta de classes e destruição de Estado, partido (política) e sindicato (trabalho e economia), teoria e prática. No segundo caso, trataríamos de uma educação politécnica dirigida à manutenção do poder operário e, nos termos de Lenin, ao definhamento gradativo do Estado, numa formação social ainda dividida em classes. Nas duas situações, os três eixos apresentados na seção anterior ganham evidência e se situam no mesmo marco conceitual. Além disso, o conceito de trabalho socialmente necessário, a preocupação com o desenvolvimento produtivo-tecnológico e a ideia pistrakiana de atualidade, bases desses eixos, estão presentes nas duas situações históricas, a despeito dos contornos que possam assumir em cada conjuntura.

Assim, a educação politécnica de acepção leninista justifica-se nas próprias situações concretas em que ainda se verifica a existência do Estado, como fator de coesão dos interesses da classe dominante, seja ela a burguesia ou o proletariado. O tratamento dado a uma educação politécnica que se efetivaria “somente na sociedade sem classes sociais” recorre a uma teorização ainda insuficientemente desenvolvida para que se obtenham desdobramentos no campo educacional.

Referências:

ALTHUSSER, Louis. **Por Marx**. Campinas: Editora da Unicamp, 2015.

ALTHUSSER, Louis. Sobre o trabalho teórico: dificuldades e recursos. In: BARISON, Thiago. **Teoria marxista e análise concreta**. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

COMISSÃO ESTATAL PARA A EDUCAÇÃO. Declaração sobre os princípios fundamentais da escola única do trabalho. In: KRUPSKAYA, N. K. **A construção da pedagogia socialista: escritos**. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

FREITAS, Luiz Carlos de. A pedagogia socialista: devolvendo a voz aos pioneiros da educação russa. In: CALDART, R. S.; VILLAS BÔAS, R. L. **Pedagogia socialista: legado da revolução de 1917 e desafios atuais**. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

KRUPSKAYA, Nadezhda Konstantinovna. Educação pública e democracia. In: KRUPSKAYA, N. K. **A construção da pedagogia socialista: escritos**. São Paulo: Expressão Popular, 2017a.

- KRUPSKAYA, Nadezhda Konstantinovna. Materiais para a revisão do programa do partido. In: KRUPSKAYA, N. K. **A construção da pedagogia socialista**: escritos. São Paulo: Expressão Popular, 2017b.
- LAZAGNA, Angela. Lenin e a atualidade do princípio de ditadura do proletariado. **Lutas Sociais**, São Paulo, vol. 21, n. 39, p. 109-124, jul./dez. 2017.
- LENIN, Vladimir Ilitch. Marxismo y revisionismo. In: LENIN, V. I. **Obras, tomo III (1905-1912)**. Moscou: Progreso, 1973.
- LENIN, Vladimir Ilitch. **O Estado e a revolução**: o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na Revolução. São Paulo: Centauro, 2007.
- LENIN, Vladimir Ilitch. **Que fazer**: problemas candentes de nosso movimento. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- LENIN, Vladimir Ilitch. **Sobre a educação**: vols. I e II. Lisboa: Seara Nova, 1977.
- LINHART, Robert. **Lenin, os camponeses, Taylor**: ensaio de análise baseado no materialismo histórico sobre a origem do sistema produtivo soviético. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, 1983.
- MACHADO, Lucília Regina de Souza. A politecnia nos debates pedagógicos soviéticos das décadas de 20 e 30. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**. Natal, RN, v. 1, n. 18, 2020. Disponível em: <<http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/9575>>. Acesso em 06 abr. 2020.
- PISTRAK, Moisey Mikhaylovick. **Fundamentos da escola do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.
- POULANTZAS, Nicos. **Poder político e classes sociais**. São Paulo: Martins Fontes, 1977.
- SOUSA JR., Justino. Politecnia e omnilateralidade em Marx. **Trabalho & Educação**: Revista do NETE. Belo Horizonte, MG, n. 5, p. 98-114, jan./jul., 1999.

Notas

¹ Mestre em Educação (UFPR). Doutor em Políticas Públicas e Formação Humana (UERJ). Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico no IFPR/Campus Paranaguá. Professor, pesquisador e coordenador adjunto do Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Sociedade (PPGCTS) do IFPR. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8723394397607851>. Orcid: <http://orcid.org/0000-0003-3659-5424>. E-mail: lucas.pelissari@ifpr.edu.br.

² Para uma análise mais detalhada, sugerimos a leitura de Lazagna (2017).

³ Temos conhecimento de apenas uma compilação de textos de Lenin a respeito da educação. É a obra **Sobre a educação** (LENIN, 1977) publicada em russo originalmente e traduzida para o português pela editora Seara Nova, de Portugal, em 1977. A obra é dividida em dois volumes e contém fragmentos e textos completos de escritos entre 1894 e 1924. Machado (1989; 2020) também dedica importantes trechos de seus trabalhos para sínteses das intervenções de Lenin no debate da educação.

⁴ Bogdanov será, a partir de 1917, um dos expoentes da organização do Proletkult, que reivindicava a criação de uma “cultura proletária” à margem da vida concreta da formação social russa, opondo-se à hegemonia política bolchevique.

⁵ Krupskaya (2017), em um dos textos canônicos da formulação leninista de educação politécnica, discute o caráter histórico do conceito e suas variações conforme correlações de forças e situações concretas. Houve, nesse sentido, uma série de polêmicas, que acabaram por balizar as propostas de organização da escola e dos programas pedagógicos soviéticos a partir de 1917. Como nosso intuito é discutir conceitualmente a proposta leninista, não abordaremos essas polêmicas, já bem analisadas, aliás, por Freitas (2017) e Machado (2020).

Recebido em: 22.06.2020
Aprovado em: 04.09.2020